

Elites e poder local no Portugal Contemporâneo: o caso dos presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia na I República (1910-1926)

Local elites and power in Contemporary Portugal: the case of the Mayors of Vila Nova de Gaia in the Portuguese First Republic (1910-1926)

Ricardo Rocha¹

Resumo: O presente trabalho visa apurar se as personalidades que desempenharam o cargo de presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, um dos mais importantes municípios portugueses do ponto de vista socioeconómico e demográfico, durante a conturbada I República, terão constituído uma elite, à luz da definição contemporânea deste termo. Com esse objetivo, começamos por apresentar os principais traços do percurso pessoal, cívico, profissional e político de cada uma destas personalidades, bem como as circunstâncias em que assumiram as funções presidenciais e em que as abandonaram. Em seguida, apresentamos uma visão de conjunto no que se refere à sua caracterização socioprofissional, bem como algumas considerações quanto à forma de aquisição do mandato e tempo de exercício. Partindo da análise dos elementos recolhidos, apresentamos as conclusões, procurando responder à questão levantada inicialmente.

Palavras-chave: elites políticas; poder local; Partido Republicano; Vila Nova de Gaia; I República

Abstract: This paper aims to determine if the Mayors of Vila Nova de Gaia, one of the most important Portuguese municipalities from a socioeconomic and demographic point of view, during the troubled First Republic, constitute an elite group. First, we are presenting the main features of each Mayor's personal, civic, professional and political path, as well as the circumstances in which they assumed and left their functions. Then, we present an overview of the social and professional characterization, as well as the form of acquisition of their terms of office and the effective duration of their terms. From the analysis of the collected data, we present our conclusions, where we try to answer the question initially raised.

Keywords: political elites; local power; Portuguese Republican Party; Vila Nova de Gaia; First Republic

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo perceber se as personalidades que desempenharam o cargo de presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia durante a conturbada I República portuguesa constituíram uma elite, através da análise das suas características individuais e de grupo. Este município era, já à época, um dos maiores do País do ponto de vista socioeconómico e demográfico, contando no dealbar da República com 86 463 habitantes distribuídos por 23 freguesias (*Censo da população de Portugal no 1 de Dezembro de 1911*, 1913) e com importantes indústrias e serviços, merecendo, desde o século XIX, a classificação administrativa de concelho de 1.ª ordem.

Torna-se necessário, previamente, definir o que, para os propósitos deste artigo, entendemos por elite, através de uma leitura muito genérica das definições avançadas por alguns teóricos que estudaram longamente esta matéria:

- grupo dos que atingem as melhores posições na sociedade e/ou nas suas carreiras, independentemente da forma como ascenderam a essa posição (PARETO, 1968);
- grupo cuja superioridade assenta em qualificações adquiridas e talentos específicos (NADEL, 1990);
- minoria que em dado momento dispõe de prestígio e privilégio decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (BUSINO, 1992);
- aqueles que desempenham uma ação significativa numa coletividade e nela exercem influência, seja pelo poder ou autoridade de que estão investidos, seja pelas ideias e sentimentos que exprimem e simbolizam (ROCHER, 1968);
- grupo que tem um grau de poder e o exerce (SCOTT, 2008);
- grupo restrito de cidadãos que controla uma extensa área de poder (DALOZ, 2010).

Apesar de se detetarem óbvias diferenças nas perspetivas conceptuais apresentadas por estes autores, conseguimos a partir delas obter uma definição relativamente consensual, ainda que reconhecidamente simplificada, do conceito de elite: um grupo minoritário e influente, constituído por indivíduos qualificados, restrito na sua composição, que detém e exerce algum tipo de autoridade e inserido num estrato elevado da hierarquia social. É, portanto, com base neste quadro conceptual que procuraremos perceber se os presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia entre 1910-1926 constituem uma elite e porquê.

Quanto aos critérios de seleção destas personalidades, considerámos todos os indivíduos que tomaram posse efetiva do cargo, independentemente da forma de aquisição do mandato (eleição ou nomeação, direta ou indireta) e do tempo de exercício efetivo, incluindo o que foi nomeado pelo movimento contrarrevolucionário conhecido como Monarquia do Norte, excluindo assim os que asseguraram a presidência de sessões camarárias na ausência temporária ou definitiva do presidente efetivo, sem nunca chegarem a ser confirmados como presidentes a título oficial. À luz destes critérios, apurámos um total de 14 presidentes, sendo que um deles, Miguel Leal Júnior, desempenhou o cargo em duas ocasiões distintas (1916-1918 e 1926).

Uma última nota quanto aos poderes e competências dos presidentes de Câmara no período em estudo: com a Lei n.º 88, de 13 de agosto de 1913, o presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores deixaram de ter funções executivas, as quais passaram para a alçada das comissões executivas, sobrando para as Câmaras funções «principalmente deliberativas» (art.º 91.º) – o que ajuda a explicar a utilização, neste período, das designações

«Senado» e «senadores», resgatadas ao Antigo Regime, quer nas atas municipais gaienses, quer na imprensa local, certamente para ajudar a estabelecer essa distinção entre os órgãos deliberativo e executivo, embora a legislação continue a utilizar, em exclusivo, os termos «Câmara Municipal» e «vereadores». É, porém, indiscutível que a Comissão Executiva se encontrava hierarquicamente subordinada à Câmara Municipal, não só por aquela ser eleita por esta (art.º 91.º), mas por se encontrar obrigada a executar as suas deliberações (art.º 100.º, n.º 1) e por continuar a ser competência da Câmara discutir e aprovar os orçamentos municipais (art.º 94.º, n.º 29). A Lei n.º 621, de 23 de junho de 1916, confirmou esta hierarquização, ao determinar que pertencia ao presidente da Câmara Municipal convocar e presidir às sessões plenárias das Câmaras e que este tinha primazia sobre o presidente da comissão executiva na representação da Câmara em solenidades oficiais (art.º 26.º)².

Em suma, é verdade que, entre 1913 e 1926, sempre que a Câmara Municipal funcionou regularmente – isto é, sempre que o Estado não nomeou comissões administrativas –, o seu presidente viu os seus poderes substancialmente reduzidos, desprovido que estava de funções executivas, ao contrário do que acontecia até então e voltou a acontecer após o fim da I República e até ao presente. Porém, não perdeu em momento algum a sua qualidade de máximo representante deste órgão, gozando desse prestígio e formalidade em todos os planos, pelo menos no que a Vila Nova de Gaia diz respeito, mesmo junto da imprensa local regional.

1. Notas biográficas dos presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1910-1926)

Nestas breves resenhas biográficas, ordenadas cronologicamente pela data em que os presidentes de Câmara assumiram funções, demos prioridade aos principais traços dos seus percursos pessoais, cívicos, profissionais e políticos, bem como às circunstâncias em que assumiram as funções presidenciais e em que as abandonaram.

Manuel Ferreira de Castro (13.10.1910-25.10.1910)

Nasceu na freguesia da Vitória, Porto, em 22 de abril de 1876, filho de um conhecido republicano, Alfredo Ferreira de Castro, que foi vice-presidente da Câmara de Gaia³.

Em 1902, concluiu o curso de Medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto (*Anuario...*, 1902), passando de imediato a exercer clínica em Gaia, onde veio a residir a maior parte da sua vida. Mais tarde, foi nomeado delegado de saúde e médico municipal. Foi também médico em cinco associações de socorros mútuos do concelho (GUIMARÃES, 2010).

Foi relator da comissão promotora do Grupo dos Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar, criado em 1927 com o objetivo de preservar aquele monumento e promover o estudo da sua história, 1º secretário da Direção e presidente. E em 1928, fez parte da comissão promotora para a fundação da Misericórdia de Gaia, tendo sido o primeiro diretor clínico do hospital daquela instituição e membro da Mesa Administrativa.

Fez parte da Direção do Centro Republicano de Pedroso (GUIMARÃES; TEIXEIRA, 2010, p. 20-28) e chefiou o Partido Unionista em Gaia, transitando, aquando da fusão entre unionistas e evolucionistas, para o Partido Liberal e, com a dissolução deste, para o Partido Republicano Nacionalista.

A 6 de outubro de 1910, mandou hastear no edifício dos Paços do Concelho de Gaia a bandeira verde-rubra

2 Lei n.º 88, de 7.8.1913 (*DG*, n.º 183, I s., 7.8.1913) e Lei n.º 621, de 23.6.1916 (*DG*, n.º 126, I s., 23.6.1926)

3 ADP, *Reg. Paroquiais*, Porto, Vitória, Batismos, lv. 1876, fl. 54-54v.

a saudar o triunfo da República. A 10 de outubro foi investido no cargo de administrador do concelho, e a 13 do mesmo mês tomou posse como presidente da Comissão Administrativa Municipal, nomeada pelo governador civil do Porto⁴. Porém, logo a 25 de outubro, estando a seu cargo a administração do concelho, abandonou as funções de presidente da Câmara⁵. Seria administrador do concelho até 1911 e, de novo, em 1917-1918 e 1921-1922. Foi ainda presidente da Comissão Concelhia de Administração dos Bens do Estado não afetos ao Culto (1912-1917) e presidente da Comissão de Defesa dos Interesses de Gaia (*O Comércio do Porto*, 13.11.1932). Dirigiu o semanário *O Povo de Gaia*, em duas séries (1914-1915 e 1925-1926).

Faleceu em Vila Nova de Gaia, a 12 de novembro de 1932, aos 56 anos (GUIMARÃES, 2010).

Inocêncio Osório Lopes Gondim (27.10.1910-25.8.1911)

Nasceu em 20 de março de 1863, em Vila Nova de Gaia, no lugar de Cabanões, Avintes, filho e neto dos médicos Manuel Osório Lopes Gondim e António Pereira Osório⁶. Coursou Medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, onde aprofundou o conhecimento dos ideais republicanos.

Abriu consultório em sua casa, na Rua Cinco de Outubro, em Avintes, tendo exercido também em cinco associações de socorros mútuos de Oliveira do Douro e Avintes (LIMA, 1981, p. 11-15).

Integrou a direção do Centro Republicano de Pedroso e a Comissão Distrital Republicana do Porto e foi vereador da Câmara de Gaia entre 1902-1904. Foi escolhido para a vice-presidência da Comissão Municipal nomeada após a implantação da República, passando a exercer interinamente a presidência, após a precoce saída de Ferreira de Castro. A 3 de novembro de 1910, foi eleito pelos seus pares presidente efetivo⁷. Acusado de «graves irregularidades nos atos da Comissão Municipal», a 25 de agosto de 1911 o governador civil do Porto exonerou a comissão a que presidia⁸. Recorrendo para o Supremo Tribunal Administrativo, este declararia ilegal a dissolução. Entre 1918-1919, foi eleito membro da Junta de Freguesia de Avintes.

Com apenas 25 anos, em 2 de fevereiro de 1889, ajudou a fundar o Clube Recreativo Avintense, sendo escolhido para secretário da Direção e diretor da biblioteca. Ali, promoveu campanhas de instrução e de promoção da leitura (CONDE, 2010). Dedicou-se também à investigação nas áreas da História, Matemática, Etnografia, Arqueologia e Heráldica, colaborou no *Jornal dos Carvalhos* (1890-1891) e publicou uma monografia de Avintes e poemas líricos na revista *Camões* (GOMES, 2005, p. 41-46).

Faleceu em 9 de abril de 1937, sendo homenageado com a inscrição do seu nome numa rua de Avintes.

Francisco José Ferreira Guimarães (29.8.1911-18.1.1912)

Nasceu em São Paio, Guimarães, *circa* 1862, mas por 1892 vivia na Rua das Flores, no Porto⁹. Conhecido popularmente como «Guimarães Trovoada», residiu em Santa Marinha. Era proprietário de vários terrenos junto à Avenida da República e à Rua Álvares Cabral, expropriados para a construção

4 ADP, *Governo Civil do Porto*, Registo de Alvarás.

5 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 25.10.1910.

6 ADP, *Reg. Paroquiais*, Vila Nova de Gaia, Avintes, Batismos, lv. 1863, fl. 11.

7 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 3.11.1910.

8 ADP, *Governo Civil do Porto*, Registo de Alvarás.

9 ADP, *Reg. Paroquiais*, Porto, Vitória, Casamentos, lv. 1893, fl. 33.

do atual edifício dos Paços do Concelho, e de uma quinta em Briteiros, perto de Guimarães (*Cinco de Outubro*, 8.5.1912; *Povo de Gaia*, 14.6.1914).

Foi sócio-gerente da Sociedade Comercial Manufacturas Reunidas, Lda., com sede na Rua dos Polacos, Santa Marinha, proprietário de uma vidraria e sócio dos Armazéns e Miudezas Ferreira, Marques e Companhia, ambos na Rua das Flores (*Almanaque...*, 1915).

Foi nomeado presidente da Câmara de Gaia por alvará do governador civil do Porto de 25 de agosto de 1911, o mesmo que exonerara o seu antecessor, tomando posse a 29 do mesmo mês¹⁰. Reeleito pelos seus pares a 4 de janeiro de 1912, logo a 18 desse mês, pediu uma licença para tratar de negócios particulares, apresentando nesse lapso de tempo a sua demissão, em discordância com a orientação política do governador civil do Porto, do administrador do concelho e da maioria dos membros da Comissão Administrativa¹¹.

Alfredo de Seixas Bandeira (25.1.1912-31.12.1913)

Desconhecemos o local e a data exata do seu nascimento. Nasceu em 1851 e residiu durante vários anos no lugar da Aguda, Arcozelo¹².

Num alvará do governador civil do Porto, é mencionado como proprietário, e nos *Almanaques* de Gaia de 1912 e 1915 aparece inscrito na categoria «negociante/proprietário/capitalista», mas nas relações oficiais de eleitores gaienses e nos periódicos locais é-lhe atribuída a profissão de inspetor ferroviário¹³. Em 1912, integrou a Comissão Administrativa dos Bens das Igrejas do concelho de Vila Nova de Gaia (*Almanaque...*, 1912).

A partir de 25 de janeiro de 1912, tendo o seu antecessor abandonado o lugar, assumiu a presidência da Câmara, uma vez que tinha sido eleito vice-presidente pelos seus pares, a 2 do mesmo mês. Embora se trate de uma presidência interina, é considerado presidente *de facto* em praticamente todas as instâncias, incluindo em documentos oficiais emanados da Câmara e na imprensa local. A 2 de janeiro de 1913, foi eleito oficialmente presidente da Câmara pelos seus pares, exercendo funções até ao final desse ano¹⁴.

Em finais de 1913, foi eleito procurador-geral do distrito do Porto, nas listas do Partido Republicano Português (PRP), assumindo o lugar de 1º secretário (*Cinco de Outubro*, 27.12.1913).

António Teixeira Pinto (2.1.1914-3.1.1916)

Natural de Nevogilde, concelho de Lousada, onde nasceu a 21 de março de 1861, filho de José Teixeira Pinto e de Ermelinda Rosa de Jesus, foi incorporado em infantaria n.º 10 em maio de 1878 e, sucessivamente, promovido a cabo (1878), furriel (1879) e 2.º sargento (1880)¹⁵.

Em fevereiro de 1885, foi integrado na 2.ª Companhia da Administração Militar e em 27 de dezembro de 1888 foi promovido a primeiro sargento. Em agosto de 1894 já como tenente quartel-mestre é transferido para Moçambique, para o Batalhão n.º 1 de Caçadores do Príncipe Real. Em fevereiro de 1904 regressa a Portugal,

10 ADP, *Governo Civil do Porto*, Registo de Alvarás.

11 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 4.1.1912 e 18.1.1912.

12 AME, *Registo dos Processos de Foros...*, n.º 113.

13 AHP, *Relação dos eleitores...*, 1913 e 1915.

14 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1912-1914.

15 AHU, *Processo individual...*

para tratamento hospitalar. Em março de 1905 volta a Moçambique, como comandante militar de Ponga. Em março de 1907 regressa a Portugal, novamente por doença. Em junho, ascende à patente de capitão quartel-mestre, mas em fevereiro de 1908 é julgado incapaz de serviço no Ultramar, acabando por ser reformado em junho seguinte, no posto de major, mudando-se, entretanto, para Vilar do Paraíso (*Cinco de Outubro*, 13.9.1919).

Eleito vereador nas eleições administrativas de novembro de 1913, foi escolhido pelos seus pares para presidir à Câmara, onde se manteve por dois anos, apesar da fraca assiduidade devido à doença. A 2 de janeiro de 1915 foi reeleito presidente, mas logo a 11 de janeiro solicitou que lhe fossem concedidos sessenta dias de licença para continuar o tratamento. Regressou às suas funções em março e a última sessão a que preside data de 9 de abril de 1915¹⁶.

A 14 de maio de 1915, durante a revolução que derrubou a ditadura de Pimenta de Castro e repôs a Constituição de 1911, comandou as tropas residentes no quartel da Serra do Pilar, em defesa do regime constitucional.

Continuou como vereador no início de 1916, mas, muito debilitado, logo pediu escusa do cargo. Faleceu em setembro de 1919, no Hospital Militar em Lisboa, onde tinha ido procurar melhor tratamento (*Cinco de Outubro*, 13.9.1919). Dias depois, a 11 de outubro, o seu nome era atribuído a uma das ruas de Vilar do Paraíso.

Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior (3.1.1916-18.1.1918)

Nasceu na Rua do Poço das Patas, atual Campo 24 de Agosto, na cidade do Porto, a 28 de junho de 1875, filho de Miguel Joaquim da Silva Leal, tabelião de notas no concelho de Vila Nova de Gaia. Mais tarde, residiu na Rua Cândido dos Reis, onde tinha escritório (VALE, 1986, p. 11).

Iniciou a sua atividade como notário no cartório de Tondela, em 1898, sendo transferido em janeiro de 1900 para Gaia, para ocupar o lugar do seu pai, falecido no mês anterior. Em 1926, mudou o seu cartório para a Avenida da República, sendo então um dos mais frequentados da comarca do Porto (DINIS, 1968).

Em 1911, filiou-se no PRP, assumindo, em 1914, a presidência da primeira Comissão Executiva Municipal gaíense, depois de ter sido eleito vereador. Foi eleito presidente da Câmara pelos vereadores a 3 de janeiro de 1916 e reeleito duas vezes consecutivas, em 1917 e 1918¹⁷. Presidiu à última sessão a 18 de janeiro de 1918, sendo a Câmara dissolvida e substituída por uma Comissão Administrativa nomeada pelo Governo de Sidónio Pais, a 6 de fevereiro de 1918.

Em 1917, foi nomeado presidente da Comissão de Assistência Pública do Concelho de Gaia. Esteve, ainda, ligado às Creches de Santa Marinha e ao Clube de Vila Nova de Gaia, foi secretário da Comissão Central de Auxílio aos Operários sem Trabalho, nos primeiros anos da República, e integrou a direção do Grupo dos Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar.

Em 1928, numa reunião no seu cartório, lançou a ideia da criação da Misericórdia de Gaia. Embora nunca tenha sido provedor da instituição, prestou o apoio necessário para o seu sucesso e assistiu a todas as sessões diretivas, de tal forma que o seu retrato está hoje exposto no Salão Nobre da Misericórdia (SILVA, 1999). Em 1934, integrou a comissão responsável pela comemoração do centenário da fundação do Município de Vila Nova de Gaia (DINIS, 1968).

Faleceu a 8 de abril de 1944, em Mafamude. Em abril de 2004, a Câmara de Vila Nova de Gaia atribuiu-lhe a medalha de mérito municipal de mérito cívico, classe ouro.

¹⁶ AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1913-1915.

¹⁷ AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1916-1918.

António Flório da Cunha Toscano (6.2.1918-20.2.1918)

Nasceu em Mira a 11 de fevereiro de 1853¹⁸. Em 1884, depois de estudar Farmácia na Universidade de Coimbra, concluiu o curso de Medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Foi então encarregado de dirigir o hospital estabelecido em Mira com o propósito de combater uma epidemia de febre tifoide. Passou depois a exercer clínica no Porto e em Gaia, na Associação de Socorros Mútuos «A Benemerente», em Vilar do Paraíso, onde residia.

Em 1893, representou o PRP gaiense no funeral de José Falcão e, em 1899, presidiu à sessão inaugural do 8.º Congresso do partido, em Coimbra. Fez parte, nos anos finais da Monarquia, da Direção do Centro Republicano de Pedroso e foi vereador da Câmara de Gaia, entre 1902 e 1904.

Em 1911, foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte, pelo círculo de Gaia. Aprovada a Constituição e dissolvida a Assembleia Constituinte, foi eleito para a Câmara dos Deputados, mas não chegou a tomar posse, invocando motivos de saúde (*As Constituintes de 1911...*, 1911, p.175).

Em junho de 1911, foi nomeado inspetor da Fiscalização das Sociedades Anónimas e, pouco depois, comissário junto da Companhia dos Tabacos, com funções de fiscalização, cargo que desempenhou durante vários anos.

Regressando a Gaia – morava, então, em Valadares –, apenas voltaria à política ativa em 1918. Na sequência do decreto sidonista de 10 de janeiro de 1918, que dissolveu todos os corpos administrativos, o governador civil do Porto, por alvará de 4 de fevereiro de 1918, nomeou os nove vogais que deveriam compor a Comissão Administrativa Municipal gaiense, entre os quais, Flório Toscano. No mesmo dia em que tomou posse, 6 de fevereiro, foi eleito presidente pelos seus pares, ficando ainda responsável pelos pelouros da Secretaria e Pleitos, mas dias depois, a 20 de fevereiro, pediu a demissão¹⁹

Já com alguma idade, retirou-se da vida pública, vindo a falecer em 20 de agosto de 1925, em Vilar do Paraíso, que atribuiu o seu nome a uma rua da freguesia. A sua terra natal prestou-lhe idêntica homenagem, inscrevendo o seu nome numa rua junto aos Paços do Concelho.

Ernesto Rodolfo Alves de Castro (1.3.1918-23.1.1919)

Filho mais velho do gaiense Manuel Alves de Castro, médico-cirurgião, nasceu em Vila Nova de Gaia, no lugar de Corveiros, Grijó, a 15 de dezembro de 1874²⁰

Ingressou em Medicina na Universidade de Coimbra em 1894. Concluídos os estudos, fixou residência no Porto. Exerceu medicina na Associação de Socorros Mútuos de São Miguel de Arcozelo e em São Félix da Marinha.

Em 1913, concorreu às eleições municipais em Vila Nova de Gaia, por uma lista da coligação «unio-evolucionista monárquica» (*Cinco de Outubro*, 3.12.1913). Ocupou o lugar de vereador desde 1914 até a dissolução da Câmara pelo Governo de Sidónio Pais em 1918. Em seguida, na sequência do pedido de demissão da vereação precedente, a 26 de fevereiro de 1918, o governador civil do Porto nomeou novos vogais, entre os quais, Ernesto de Castro, que tomaram posse a 1 de março, elegendo-o presidente da Comissão Administrativa. Reeleito a 2 de janeiro de 1919, logo a 23 do mesmo mês a vereação anuncia a sua demissão coletiva, como reação à Monarquia do Norte, por considerar que perdera legitimidade para continuar em funções²¹.

18 AUC, *Certidões de idade*.

19 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1918.

20 ADP, *Reg. Paroquiais*, Vila Nova de Gaia, Grijó, Batismos, lv. 1870-1875, fl. 162.

21 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1918-1919.

Em julho de 1938, doou à Câmara de Gaia um edifício escolar sito no lugar onde nascera, com as duas salas devidamente mobiladas.

Faleceu em Massarelos, Porto, a 23 de setembro de 1963 (GUIMARÃES, 2010).

Agostinho de Almeida Rego (6.2.1919-13.2.1919)

Nascido a 16 de agosto de 1858, em Água de Pau, concelho de Lagoa, São Miguel²², veio para o continente para cursar Direito na Universidade de Coimbra, concluindo os seus estudos em 1885. Nesse mesmo ano, já advogado e morador em Santa Marinha, casou com Amélia Augusta Bandeira de Castro, filha de um ilustre membro do Partido Progressista e sobrinha e uma das herdeiras do visconde das Devesas²³.

Em 1888, ajudou a fundar as Creches de Santa Marinha (PEIXOTO, 2001, p. 81-114), e em 1890 foi eleito para a vereação gaiense, cargo que exerceu até 1892. Nesse período, defendeu vários republicanos envolvidos na fracassada revolta republicana de 31 de janeiro de 1891 (CHAGAS, COELHO, 1901, p. 114).

Entre 2 de janeiro de 1899 e 2 de janeiro de 1902, foi presidente da Câmara de Gaia, e em 1905, foi nomeado administrador do concelho. Em 1908, na ditadura de João Franco, voltou à presidência da Câmara, agora por nomeação do governador civil, por apenas um mês e meio²⁴.

Foi benfeitor e provedor da Ordem da Lapa, no Porto, e já com a República implantada, em 1911, apesar de monárquico, o Governo atribuiu-lhe a medalha de cobre de filantropia e caridade.

Proclamada a Monarquia do Norte a partir do Porto, a 19 de janeiro de 1919, integra a Comissão Administrativa nomeada pela Junta Governativa do Reino para Gaia, constituída exclusivamente por monárquicos, que o elegeram para seu presidente. Presidiu a uma única sessão, precisamente aquela em que tomou posse, mantendo-se em funções durante poucos dias, já que a 13 de fevereiro o exército republicano debelava o movimento, saneando os nomes que lhe eram afetos. Embora só viesse a ser exonerado a 5 de março, não mais compareceu nos Paços do Concelho, nem lhe é conhecida outra atividade pública ou política até à sua morte²⁵.

Faleceu em casa, na Rua Visconde das Devesas, Santa Marinha, a 19 de abril de 1938 (GUIMARÃES, 2010).

Alberto Júlio Pereira (6.3.1919-9.10.1919)

Filho de um empregado público e de uma proprietária agrícola, ambos de São João da Pesqueira, onde nasceu a 19 de novembro de 1871²⁶, Alberto Júlio Pereira mudou-se, ainda jovem, para a cidade do Porto, onde foi aluno da Escola de Belas Artes, entre 1888 e 1890.

Esteve alguns anos no Brasil, em Belém do Pará. Regressou ao Porto, mas pouco tempo depois foi viver para perto de Paris, para tomar conta de um negócio de um amigo. Em 1910 morava em Mafamude, Vila Nova de Gaia, e geria a Casa Buisson, propriedade do seu sogro, sita na Rua de Santo António, no Porto, dedicada à venda de miudezas e material fotográfico. Alguns anos depois, o seu nome surgia associado à venda de vidros e cristais.

22 AUC, *Certidões de idade*.

23 ADP, *Reg. Paroquiais*, Vila Nova de Gaia, Santa Marinha, Casamentos, lv. 1885, fl. 93v-94.

24 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1899, 1902, 1908.

25 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1918-1919.

26 ADP, *Processos de Passaporte*, 1902.

Entre 1911 e 1921, integrou a Comissão de Melhoramentos de Miramar, onde então residia, criada em 1911, com o objetivo de regularizar as vias de circulação deste lugar, tendo cedido à Câmara de Gaia, para esse efeito, vários terrenos que ali possuía. Alberto Júlio Pereira é considerado, aliás, pioneiro na urbanização de Miramar e principal responsável na sua transformação em estância turística. Ali ajudaria a fundar, em 1930, o Sport Club Alberto de Sousa, sediado no Parque da Gândara, de que era proprietário (CASTRO, 1980, p. 45).

A 6 de março de 1919, debelado o sidonismo e a Monarquia do Norte, o governador civil nomeou uma nova Comissão Administrativa, que tomou posse no mesmo dia, indicando Alberto Júlio Pereira para presidente, que também assumiu os pelouros da Secretaria, Pleitos, Obras e Viação. Manteve-se no cargo até outubro de 1919, quando tomou posse a Câmara Municipal saída das eleições administrativas entretanto realizadas. Nas referidas eleições, foi eleito vereador e presidente da Comissão Executiva, a 11 de outubro. Porém, em outubro de 1920, pediu a demissão, descontente com a anulação de uma decisão que tinha tomado quando ainda era presidente da Comissão Administrativa²⁷.

A sua vida passa então a dividir-se entre o Porto e Belém do Pará, para onde viaja com regularidade a partir de 1920²⁸, e onde era proprietário da Perfumaria Universal. Em meados da década de 1950, regressa definitivamente a Portugal, vivendo no Porto e em Miramar. Foi membro da Maçonaria

Faleceu em 1 de março de 1963, na Rua S. João de Brito, no Porto, aos 91 anos.

Alberto da Conceição Teixeira (11.10.1919-16.11.1920)

Natural da freguesia de Santa Marinha, em Vila Nova de Gaia, nasceu a 15 de maio de 1887, tendo sido registado como filho de pai incógnito²⁹.

No que concerne ao seu percurso profissional, dedicou-se ao mundo dos negócios, tendo sido capitalista e corretor de vinhos (*O Serrano*, 15.5.1926).

Era membro do PRP, tendo presidido à comissão municipal do partido em Vila Nova de Gaia. No mesmo concelho, foi vereador nomeado (1911-1912) e eleito (1914-1917). Foi eleito vice-presidente e presidente da Comissão Executiva Municipal, em 1915 e 1916-1917³⁰. Em 1917, foi designado presidente da Comissão de Abastecimentos do Concelho de Gaia.

Em 1919, foi eleito vereador, tomando posse a 11 de outubro, dia em que foi eleito presidente pelos seus pares. Em 16 de novembro de 1920, apresentou demissão, «por motivos pessoais». Na mesma sessão, procedeu-se à eleição da Comissão Executiva, em virtude da demissão dos seus membros em sessão anterior, sendo escolhido para ocupar um dos lugares precisamente Alberto Teixeira, que dois dias mais tarde era eleito, pela segunda vez, seu presidente³¹.

Em 1921, ano em que deixou definitivamente a Câmara de Gaia, foi convidado para o lugar de administrador do mesmo concelho, mas identificando os proponentes do convite com o setor político que tinha instigado a «noite sangrenta» de 19 de outubro desse ano, na qual perderam a vida diversas figuras cimeiras do republicanismo português, respondeu que «não queria pactuar com assassinos» (*O Serrano*, 15.5.1926). Em

27 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1919.

28 ADP, *Processos de Passaportes*, 1920-1950.

29 ADP, *Reg. Paroquiais*, Vila Nova de Gaia, Santa Marinha, Batismos, lv. 1887, fl. 91.

30 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1915-1917.

31 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1919-1920.

maio de 1926, aceitou um novo convite para a administração do concelho, demorando-se pouco tempo nestas funções, em virtude do golpe militar a 28 daquele mês e das exonerações que se seguiram.

Fez parte da Comissão Promotora para a fundação da Misericórdia de Gaia e foi o primeiro vice-presidente da Assembleia Geral desta instituição, entre 1929-1933 (SILVA, 1999). Foi ainda vice-presidente da Direção do Grupo dos Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar.

Faleceu em Mafamude, em 12 de setembro de 1946 (GUIMARÃES, 2010).

João Pinto de Azevedo (16.11.1920-9.5.1922)

Filho de um lojista e de uma dobeadeira, nasceu no Bonfim, Porto, a 19 de setembro de 1863³², mas cedo se mudou para Mafamude, onde foi proprietário de um estabelecimento comercial dedicado à venda de fazendas e miudezas, ali residindo até à data da sua morte. Dedicaria a vida profissional ao setor têxtil, terminado a sua carreira como administrador da Fábrica de Tecidos de Rio Tinto, pertencente à firma Azevedo, Ferreira & Companhia Lda., da qual era sócio (*Almanaque...*, 1912 e 1915).

Militante do Partido Evolucionista, em 1913 foi nomeado presidente do Tribunal dos Árbitros Avindores de Gaia, criado para a resolução de conflitos entre patrões e operários, e no ano seguinte integrou a comissão nomeada pela Câmara de Gaia para estudar a construção dos novos Paços do Concelho. Foi sucessivamente reeleito vereador em 1914, 1916 e 1919. Era vice-presidente da Câmara Municipal quando, por demissão de Alberto da Conceição Teixeira, a 16 de novembro de 1920, assumiu interinamente a presidência, sendo eleito presidente efetivo em 4 de janeiro de 1921. Reeleito presidente na sessão de 3 de janeiro de 1922, presidiu à última sessão a 9 de maio seguinte, não tendo sido possível apurar as razões do abandono das suas funções³³.

Distinguiu-se ainda como defensor da causa mutualista. Fundou a Liga das Farmácias de Gaia, em 1905, e a Caixa Económica de Gaia, em 1907, que geriu durante 28 anos. Foi também presidente da Associação de Socorros Mútuos de Mafamude e cartorário da Associação de Socorros Mútuos de Beneficência dos Artistas de Gaia. Durante largos anos, distribuiu pelos mais pobres os honorários que recebia como gerente da Caixa Económica de Gaia, e financiou por dois anos o Montepio Costa Godolfim.

A 5 de abril de 1936, foi homenageado pelas coletividades mútuas de Mafamude e pela Associação Oliveirense. Dias depois, a 14 do mesmo mês, falecia na terra que o acolhera. No seu funeral, revestido «de uma rara imponência», participaram milhares de pessoas, incluindo dezenas de coletividades mútuas, corporações de bombeiros, grupos desportivos e associações profissionais (*O Comércio do Porto*, 15.4.1936).

José Soares de Oliveira (2.1.1923-22.5.1923)

Filho de António Soares de Oliveira, «velho republicano», nasceu em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, a 27 de maio de 1883, e ali viveu toda a sua vida³⁴. Foi escrivão-ajudante do Tribunal do Comércio, no Palácio da Bolsa, no Porto, e mais tarde, abriu escritório de solicitação na Rua de Trás, na mesma cidade (*Almanaque...*, 1912).

32 ADP, *Reg. Paroquiais*, Porto, Bonfim, Batismos, lv. 1863, fl. 146.

33 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1920-1922.

34 ADP, *Reg. Paroquiais*, Porto, Oliveira do Douro, Batismos, lv. 1883, fl. 29-29v.

Ainda na Monarquia, colaborou no jornal socialista *A Luz do Operário*, criado em 1893. Logo após a implantação da República, tornou-se editor do mesmo jornal, até junho de 1912. Em 1913, ajudou a fundar o Colégio Lusitano, em Oliveira do Douro, que durante três décadas ministrou ensino gratuito às classes mais desfavorecidas da população local. E em 1916-1917 foi escolhido para vice-presidente do Tribunal de Árbitros Avindores de Vila Nova de Gaia, sendo nomeado seu presidente em 1921.

Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Gaia em sucessivos mandatos, de 1914 a 1925, e seu vice-secretário em boa parte destes anos. A 2 de janeiro de 1923, depois de tomar posse para mais um mandato, foi eleito presidente pelos seus pares. A 22 de maio seguinte, a Comissão Executiva reuniu para, entre outros assuntos, eleger um novo vogal, uma vez que Ângelo de Morais, que ocupava aquele lugar, abandonara as suas funções. Realizada a votação, constatou-se que o próprio Soares de Oliveira, embora fosse presidente da Câmara, saíra eleito para as funções de Ângelo de Morais, optando «pelo lugar para que acaba de ser eleito», ao mesmo tempo que Ângelo de Morais era eleito Presidente da Câmara³⁵.

Em julho de 1925, fundou o seu próprio jornal, *A Voz da Justiça*, «quinzenário republicano independente», de que foi também diretor, que logo se tornou o jornal de maior circulação no concelho de Gaia, mas que passado meio ano, fechou as suas portas.

Faleceu em 10 de março de 1930, em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia (*O Comércio do Porto*, 11.3.1939).

Ângelo Mendonça da Cunha Morais (22.5.1923-26.5.1925)

Natural de Luanda, Angola, para onde o seu avô paterno, juiz de paz e comandante do porto de Moçâmedes, tinha sido desterrado. Poucos anos viveu no continente africano, já que, nascido em 1897, logo em 1901 acompanhou a família no regresso à Metrópole, fixando-se em Crestuma (CASTELO-BRANCO, sd.).

Formou-se em Engenharia Industrial, por exigências familiares, mas, à revelia dos seus pais, formou-se também em Filosofia. Não mais abandonaria os estudos filosóficos e, impulsionado por Leonardo Coimbra, ingressou numa loja maçónica e tornou-se antiteísta (BAPTISTA, 2008, p. 269-277).

Entretanto, herdou do seu tio paterno, Augusto César da Cunha Morais, o controlo da A. C. da Cunha Morais – Fábrica de Fitas e Fiação de Algodão, em Crestuma. Além de gerir toda a produção, foi responsável pelo desenho e aperfeiçoamento das máquinas de fiação ali utilizadas. No mesmo setor, foi presidente da Secção Algodoeira da Associação Industrial Portuense (1930-1944), representou a indústria portuguesa do algodão em vários congressos internacionais, foi vogal da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão e conselheiro de Salazar nos assuntos referentes a esta indústria. Convidado a integrar a Câmara Corporativa do Estado Novo, declinou (CASTELO-BRANCO, sd.).

Republicano de esquerda, mas sem filiação partidária, participou na conspiração contra o Governo de Sidónio Pais, em outubro de 1918. Após exaustivas buscas, foram encontrados na sua fábrica invólucros de bombas, ficando preso na cadeia do Aljube, sendo libertado poucos meses depois, após a queda do sidonismo.

Em 1923, foi eleito presidente da Comissão Executiva Municipal de Gaia, e a 22 de maio desse ano, abandonando estas funções, foi de imediato eleito presidente da Câmara Municipal, por troca de lugares com Soares de Oliveira, na forma já referida. Com apenas 26 anos à data de posse, tornava-se o mais jovem presidente da história do município gaiense, exercendo estas funções até 26 de maio de 1925, data em que presidiu pela

35 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1914-1925.

última vez à Câmara, não mais comparecendo até ao termo legal do seu mandato, em finais desse ano, sem avançar qualquer explicação para tão prolongada ausência³⁶.

Em 1927, aderiu ao Grupo dos Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar, integrando a sua primeira Direção.

Já nos anos de 1960, converteu-se catolicismo, vindo a falecer em Crestuma em 1968.

Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior (29.1.1926-13.7.1926)

Depois de um primeiro mandato como presidente da Câmara (1916-1918), foi reeleito vereador nas eleições realizadas em 1925 para a gerência municipal de 1926-1928 e, nas eleições internas de 2 de janeiro de 1926, foi o membro mais votado. Não se encontrando presente na sessão, apenas prestou juramento a 29 de janeiro. Presidiu à última sessão da Câmara a 3 de junho de 1926, sem que na reunião tivesse havido qualquer alusão (de crítica, apoio ou mera constatação) ao golpe militar de 28 de Maio. Entretanto, o novo regime, através do decreto n.º 11 875, de 13 de julho, dissolveu todos os corpos administrativos. Pela segunda vez, Miguel Leal Júnior era demitido destas funções em consequência de um golpe militar³⁷.

2. Caracterização socioeconómica e política dos presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Passamos agora a analisar o perfil das 14 personalidades que, durante a I República, presidiram à Câmara de Vila Nova de Gaia, no que se refere à sua origem geográfica, formação, profissão, idade à data de posse, percurso político e cívico, bem como quanto à forma de aquisição de mandato e tempo em exercício de funções, informação que sistematizámos no Quadro n.º 1.

Quadro n.º 1

Os Presidentes da Câmara de Vila Nova de Gaia, entre 1910 e 1926: naturalidade, profissão, idade à data da posse, tempo de exercício e outros cargos políticos

Nome e mandato (datas extremas)	Naturalidade (concelho)	Profissão principal	Idade à posse	Tempo de exercício	Outros cargos políticos
Manuel Ferreira de Castro 13.10.1910-25.10.1910	Porto	Médico	34	13 dias	Administrador do concelho de Vila Nova de Gaia (1910-1911, 1917-1918, 1921-1922)
Inocêncio Osório Lopes Gondim 27.10.1910-25.8.1911	Vila Nova de Gaia	Médico	47	9 meses e 30 dias	—
Francisco José Ferreira Guimarães 29.8.1911-18.1.1912	Guimarães	Negociante	49	4 meses e 21 dias	—

36 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1923-1925.

37 AMSMB, *Atas da Câmara Municipal...*, 1925-1926.

Nome e mandato (datas extremas)	Naturalidade (concelho)	Profissão principal	Idade à posse	Tempo de exercício	Outros cargos políticos
Alfredo de Seixas Bandeira 25.1.1912-31.12.1913	?	Negociante	60	23 meses e 7 dias	Vice-Presidente da Comissão Administrativa Municipal de Vila Nova de Gaia (1911-1912). Procurador à Junta Geral do Distrito do Porto (1913-?)
António Teixeira Pinto 2.1.1914-3.1.1916	Lousada	Oficial do Exército	52	24 meses e 2 dias	—
Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior 3.1.1916-18.1.1918	Porto	Notário	40	24 meses e 16 dias	Presidente da Comissão Executiva Municipal de Vila Nova de Gaia (1914-1915)
António Flório da Cunha Toscano 6.2.1918-20.2.1918	Mira	Médico	64	15 dias	Deputado à Assembleia Constituinte (1911)
Ernesto Rodolfo Alves de Castro 1.3.1918-23.1.1919	Vila Nova de Gaia	Médico	43	10 meses e 23 dias	—
Agostinho de Almeida Rego 6.2.1919-13.2.1919	S. Miguel	Advogado	60	8 dias	Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1899-1902, 1908). Administrador do concelho de VNG (1905)
Alberto Júlio Pereira 6.3.1919-9.10.1919	São João da Pesqueira	Comerciante	47	7 meses e 4 dias	Presidente da Comissão Executiva Municipal de Vila Nova de Gaia (1919-1920)
Alberto da Conceição Teixeira 11.10.1919-16.11.1920	Vila Nova de Gaia	Capitalista	39	13 meses e 6 dias	Presidente da Comissão Executiva Municipal de Vila Nova de Gaia (1916-1917; 1920-1921). Administrador do concelho de VNG (1926)
João Pinto de Azevedo 16.11.1920-9.5.1922	Porto	Comerciante	57	17 meses e 24 dias	Presidente do Tribunal de Árbitros Avindores de Vila Nova de Gaia (1913). Vice-Presidente da Câmara Municipal de VNG (1920).
José Soares de Oliveira 2.1.1923-23.5.1923	Vila Nova de Gaia	Solicitador	39	4 meses e 22 dias	Vice-presidente (1915) e presidente do Tribunal de Árbitros Avindores de Vila Nova de Gaia (1916-1917; 1921). Presidente da Comissão Executiva Municipal de VNG (1923-1925)

Nome e mandato (datas extremas)	Naturalidade (concelho)	Profissão principal	Idade à posse	Tempo de exercício	Outros cargos políticos
Ângelo Mendonça da Cunha Morais 23.5.1923-26.5.1925	Luanda	Industrial	26	24 meses e 4 dias	Presidente da Comissão Executiva Municipal de Vila Nova de Gaia (1923)
Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior 29.1.1926-13.7.1926	Porto	Notário	50	5 meses e 15 dias	Presidente da Comissão Executiva Municipal de Vila Nova de Gaia (1914-1915)

2.1 Naturalidade

Só não foi possível apurar a naturalidade de uma das personalidades estudadas. Quanto às restantes, da análise do Quadro n.º 2, parece ressaltar que a base de recrutamento destas personalidades é geograficamente abrangente. Se é verdade que sete nasceram em Gaia ou no Porto, seis provêm de pontos muito distintos de Portugal, incluindo dos Açores e de um território ultramarino. Porém, uma análise mais cuidadosa contraria essa ideia. Embora nascidos em paragens mais ou menos distantes, a base de recrutamento destes homens é estritamente local, uma vez que todos eles moravam em Gaia ou no Porto e desenvolveram a sua atividade profissional, cívica e política no município gaiense.

Como tal, os dados recolhidos demonstram, não uma eventual atratividade do cargo que fazia com que indivíduos de paragens mais distantes acorressem a Gaia para o exercer, mas antes a atratividade do próprio concelho, oferecendo oportunidades económicas e sociais que fixavam nele indivíduos nascidos noutras latitudes.

Quadro n.º 2

Naturalidade dos presidentes da Câmara de Vila Nova de Gaia (1910-1926)

Concelho	Presidentes
Vila Nova de Gaia	4
Porto	3
Guimarães	1
Lousada	1
Luanda	1
Mira	1
S. Miguel	1
São João da Pesqueira	1
Total	13

2.2. Formação académica

Sete presidentes, exatamente metade do universo em análise, concluíram algum tipo de formação superior, com destaque para o curso de Medicina, com quatro representantes. Ângelo Morais concluiu duas licenciaturas (Engenharia Industrial e Filosofia), Agostinho de Almeida Rego era formado em Direito e António Teixeira Pinto fez a sua formação na Escola do Exército.

Se a proporção de presidentes da Câmara de Gaia com formação académica é inferior àquela que se regista, no mesmo período, na sua congénere no Porto, onde apenas dois dos dezasseis presidentes não tinham formação superior (SOUSA, 2009, p. 123-124), ou no Parlamento, onde todos os dezoito presidentes entre 1911-1926 detinham algum tipo de formação pós-liceal (SOUSA e PEREIRA, 2012), é, ainda assim, muito superior à média registada pela população portuguesa durante esse período – o número de alunos no ensino superior era então residual, rondando os 3200 em 1911 (FERRAZ, 1975, p. 459), para uma população de quase seis milhões de habitantes, dos quais seguramente mais de quatro milhões não saberia ler ou escrever.

Além da sua formação académica, muitos revelavam uma ampla preparação intelectual. Por exemplo, Manuel Ferreira de Castro detinha uma biblioteca de rara qualidade e foi um notável camilianista, deixando escritos sobre essa matéria; Inocêncio Gondim promoveu campanhas de instrução e de promoção da leitura entre a população, além de se ter dedicado à investigação em diferentes áreas das Humanidades; Ângelo Morais foi condiscípulo de Leonardo Coimbra e desenvolveu estudos filosóficos; e numerosos presidentes colaboraram assiduamente em jornais e revistas.

2.3 Profissão

Centrando a análise na profissão exercida por estas personalidades, verifica-se que quatro presidentes eram médicos, três trabalhavam na área do Direito – um advogado, um notário e um solicitador –, e cinco dedicaram-se ao mundo dos negócios, como comerciantes, industriais e negociantes, em variados setores de atividade. Regista-se ainda um proprietário e um oficial do Exército (já reformado). Em suma, atividades socialmente valorizadas, com razoável ou até elevado nível de remuneração ou rendimento, muitas delas exercidas por conta própria, e sem se detetar aquilo a que modernamente classificaríamos de ‘trabalhadores por conta de outrem’.

No seu conjunto, o exercício de tais atividades profissionais insere estes homens na chamada média burguesia urbana, precisamente nos mesmos setores que dominaram o Parlamento e os governos durante a I República (SOUSA; PEREIRA, 2012, p. 58-59), quando os grandes proprietários, magistrados judiciais e oficiais do Exército, com a renovação da classe política e as transformações sociais no País, perderam boa parte do protagonismo que detiveram na política local e nacional durante o Constitucionalismo Monárquico, dando lugar a uma nova elite, composta de profissionais liberais, homens ligados aos negócios e ao ‘capitalismo’ e quadros superiores da administração e do funcionalismo público.

É claro que esta nova configuração é também muito condicionada pelo código eleitoral da I República (Lei n.º 3, de 3 de julho de 1913), que considera inelegíveis para os corpos administrativos os militares do Exército e da Armada, magistrados judiciais e do Ministério Público e empregados dos tribunais, conservadores do registo predial e civil, agentes policiais, professores do ensino primário, empregados do corpo diplomático e consular e empregados dos correios e telégrafos (art.º 7.º), afastando por esta via tais profissionais do exercício do cargo de presidente de Câmara, sempre que este não foi nomeado diretamente pelo Governo.

Quadro n.º 3

Profissões dos presidentes da Câmara de Vila Nova de Gaia (1910-1926)

Profissão	Presidentes
Médico	4
Negociante	2
Comerciante	2
Advogado	1
Industrial	1
Proprietário	1
Notário	1
Oficial do Exército	1
Solicitador	1
Total	14

2.4. Idade

Quanto à idade dos presidentes da Câmara de Gaia à data em que tomaram posse, constata-se que a média de idades é de 47,1 anos – bastante próxima, por exemplo, da registada pelos presidentes da Câmara dos Deputados no mesmo período, que ronda os 47,5 anos (SOUSA; PEREIRA, 2012, p. 57), mas inferior à dos seus congéneres na cidade do Porto, com uma média de 53,2 anos (SOUSA, 2009, p. 123-124).

O presidente mais jovem foi Ângelo Morais, com apenas 26 anos – é, aliás, o mais jovem presidente do município gaiense desde 1834 até ao presente³⁸. O mais velho, Flórido Toscano, tinha 64 anos quando tomou posse.

Isto é, regra geral, a eleição ou nomeação dos presidentes recaiu em indivíduos com experiência de vida, mas ainda com a disponibilidade física e mental exigida ao exercício do cargo, deixando evidente a importância de ser uma figura respeitada pelo seu percurso e/ou pelas suas fidelidades partidárias. Acresce que o respeito pela autoridade no exercício de um cargo com esta importância e a visibilidade social advêm também da idade, dificultando o acesso aos mais jovens, com exceção daqueles que cedo conseguiram esse prestígio e respeitabilidade, por força do seu percurso cívico e profissional. É esse o caso já referido de Ângelo Morais que, embora bastante jovem, era já um bem-sucedido industrial e tinha um assinalável percurso político, tendo combatido de forma ativa o regime ditatorial de Sidónio Pais.

38 De acordo com os dados coligidos por Ricardo Rocha, Diogo Ferreira e Isilda Monteiro, no âmbito de uma investigação até agora inédita sobre os presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Quadro n.º 4

Idade dos presidentes da Câmara de Vila Nova de Gaia à data da posse (1910-1926)

Idade à posse	Presidentes
25-29	1
30-34	1
35-39	2
40-44	2
45-49	3
50-54	2
55-59	1
60-64	3
Total	15

Nota: O total apresentado é superior ao número de presidentes, uma vez que Miguel Leal Júnior tomou posse em duas ocasiões não consecutivas (1916 e 1926), pelo que foi considerada a sua idade em ambas as ocasiões.

2.5. Forma de aquisição do mandato

Quanto à forma de aquisição do mandato, observam-se quatro grandes períodos, diretamente relacionados com a evolução do contexto político.

Num primeiro momento, na sequência do triunfo da Revolução Republicana, o novo regime dissolveu, em todo o País, as vereações em funções e nomeou, através dos governadores civis, comissões administrativas municipais, compostas por personalidades da sua confiança. Assim aconteceu também em Gaia, nomeando expressamente para o lugar de presidente o influente republicano Manuel Ferreira de Castro (3.10.1910). Poucos dias depois, tendo este abandonado o cargo, os vereadores elegeram entre si Inocêncio Osório Lopes Gondim (3.11.1910), que viria a ser reconduzido nos mesmos moldes para um segundo mandato (5.1.1911). Seguiu-se Francisco José Ferreira Guimarães, que depois de ter sido indicado expressamente pelo governador civil do Porto para o cargo (29.8.1911), foi legitimado num segundo mandato pelo voto dos seus pares (4.1.1912). O presidente que lhe sucedeu, Alfredo de Seixas Bandeira (25.1.1912), foi igualmente nomeado por alvará para o lugar de vereador e depois eleito para a presidência pelo conjunto de vogais da Comissão Administrativa.

A Lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913, determinou que os presidentes das Câmaras fossem escolhidos no início de cada ano pelos vereadores – estes, eleitos por sufrágio popular –, os quais elegiam na primeira sessão de cada ano um dos seus pares para o cargo (art.º 13.º). A primeira Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia eleita na República, saída das eleições autárquicas de setembro de 1913, tomou posse a 2 de janeiro de 1914, e nesse mesmo dia, os vereadores elegeram o seu primeiro presidente, António Teixeira Pinto, que, depois de um segundo mandato (2.1.1915), foi substituído por Miguel Leal Júnior (3.1.1916-2.1.1917), reeleito duas vezes (2.1.1917 e 2.1.1918).

Em 10 de janeiro de 1918, na sequência do triunfo da revolução liderada por Sidónio Pais no mês anterior, o decreto n.º 3738 manda dissolver todos os corpos administrativos, substituindo novamente as câmaras municipais por comissões municipais nomeadas pelo Governo (artigos 1.º e 2.º) – em Vila Nova de Gaia, foram eleitos pelo conjunto de vereadores nomeados, António Flório da Cunha Toscano (6.2.1918) e Ernesto Rodolfo Alves de Castro (1.3.1918), reconduzido num segundo mandato (2.1.1919). Ao fim do sidonismo, nos inícios de 1919, seguiu-se o breve período da Monarquia do Norte, fugaz tentativa de restauração do regime monárquico com epicentro no Porto, emergindo uma comissão administrativa composta de personalidades afetas a este movimento, em fevereiro de 1919, que elegeram entre si Agostinho de Almeida Rego (6.2.1919) para presidente. Reposta poucos dias depois a ordem constitucional, o Governo da República nomeou uma nova Comissão Administrativa, com um presidente pré-designado, Alberto Júlio Pereira (6.3.1919), enquanto se aguardava a realização de eleições autárquicas.

Após as eleições de 1919, regressou-se ao figurino da Câmara Municipal e da eleição do seu presidente na conformidade da referida Lei n.º 88. O primeiro presidente desta segunda vida da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia foi Alberto da Conceição Teixeira (11.10.1919), sucedido por João Pinto de Azevedo (4.1.1921 e 3.1.1922), José Soares de Oliveira (2.1.1923), Ângelo Morais (23.5.1923, 15.1.1924 e 2.1.1925) e, pela segunda vez, Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior (29.1.1926).

Face a estes dados, percebemos que no período em análise, em nenhuma ocasião os munícipes foram chamados a eleger diretamente o seu presidente e apenas seis foram eleitos indiretamente por sufrágio direto, através do voto dos vereadores, estes sim, previamente sufragados pelos munícipes; por outro lado, multiplicam-se os casos de presidentes diretamente indicados pelo Governo ou eleitos por um conjunto de vereadores nomeados pelo Governo.

Quadro n.º 5

Forma de aquisição dos mandatos dos presidentes da Câmara de Vila Nova de Gaia (1910-1926)

Nome	Forma de aquisição do mandato
Manuel Ferreira de Castro	Nomeação direta (1 mandato)
Inocêncio Osório Lopes Gondim	Eleição por vereadores nomeados (2 mandatos)
Francisco José Ferreira Guimarães	Nomeação direta (1 mandato) Eleição por vereadores nomeados (1 mandato)
Alfredo de Seixas Bandeira	Eleição por vereadores nomeados (1 mandato)
António Teixeira Pinto	Eleição por vereadores eleitos (2 mandatos)
Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior	Eleição por vereadores eleitos (3 mandatos)
António Flório da Cunha Toscano	Eleição por vereadores nomeados (1 mandato)
Ernesto Rodolfo Alves de Castro	Eleição por vereadores nomeados (2 mandatos)
Agostinho de Almeida Rego	Eleição por vereadores nomeados (1 mandato)
Alberto Júlio Pereira	Nomeação direta (1 mandato)

Nome	Forma de aquisição do mandato
Alberto da Conceição Teixeira	Eleição por vereadores eleitos (1 mandato)
João Pinto de Azevedo	Eleição por vereadores eleitos (2 mandatos)
José Soares de Oliveira	Eleição por vereadores eleitos (1 mandato)
Ângelo Mendonça da Cunha Morais	Eleição por vereadores eleitos (3 mandatos)
Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior	Eleição por vereadores eleitos (1 mandato)

2.6 Duração dos mandatos

Relativamente à duração prevista dos mandatos e sua efetiva observância, os vogais das comissões administrativas ou não tinham mandato com duração previamente definida, ou esta era de um ano; quanto aos vereadores, embora estes, de acordo com a legislação promulgada em 1913, fossem eleitos por sufrágio direto para um triénio, o seu presidente era eleito por apenas um ano, repetindo-se essa eleição interna a janeiro de cada ano.

Porém, mercê da instabilidade política que caracterizou o regime republicano, o cumprimento integral do mandato presidencial foi uma exceção. Na verdade, em dezanove mandatos, apenas oito foram concluídos no tempo previsto, a saber, o de Alfredo Seixas Bandeira (1912-1913), os de António Teixeira Pinto (1914 e 1916), parte dos mandatos de Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior (1916-1918), o de João Pinto de Azevedo (1921-1922), e, finalmente, os dois mandatos de Ângelo Mendonça da Cunha Morais, exercidos entre 1923 e 1925.

Todos os outros mandatos terminaram abruptamente, por várias razões, mas maioritariamente devido às conturbadas circunstâncias políticas que caracterizaram a I República. Veja-se o caso de Miguel Leal Júnior, que viu a Câmara que presidia ser dissolvida em janeiro de 1918, em consequência da revolução sidonista; de Ernesto Rodolfo Alves de Castro, que abandonou o cargo em janeiro de 1919, por não se rever na situação política trazida pela Monarquia do Norte; o seu sucessor, Agostinho de Almeida Rego, deixou a presidência em fevereiro de 1919, por força do fracasso da referida tentativa de restauração monárquica; e o mesmo Miguel Leal Júnior viu uma segunda Câmara por si presidida novamente dissolvida, em junho de 1926, desta feita na sequência da revolução militar de 28 de Maio.

Outros casos há em que os presidentes se demitiram para irem desempenhar outros cargos – Manuel Ferreira de Castro para exercer o cargo de administração do concelho de Gaia, Alberto da Conceição Teixeira e José Soares de Oliveira para integrarem a Comissão Executiva Municipal –, ou por questões do foro pessoal – doença ou incompatibilidades políticas ou pessoais.

Finalmente, regista-se um caso de um presidente demitido, com a restante vereação, por suspeitas de irregularidade na administração municipal, Inocêncio Osório Lopes Gondim, suspeitas essas que viriam a ser invalidadas pelo tribunal competente.

Por outro lado, se é fácil determinar a data de início do mandato – o dia em que os presidentes tomaram posse do cargo, independentemente da data da sua eleição ou nomeação – o seu término efetivo é por vezes difícil de estabelecer. Por exemplo, não sabemos o dia exato em que Agostinho de Almeida Rego foi afastado, já que as tropas republicanas entram na cidade do Porto a 13 de fevereiro – data que estabelecemos para o fim do seu breve mandato presidencial –, mas só a 6 de março é que a nova Comissão Administrativa Municipal tomou

posse, sob a presidência de Alberto Júlio Pereira. Da mesma forma, o Governo de Ditadura saído do golpe de 28 de Maio implicou a substituição das câmaras municipais (como dos restantes corpos administrativos) por comissões administrativas, mas antes mesmo da nomeação do novo presidente, já o anterior detentor do cargo, Miguel Leal Júnior, se retirara de cena.

Há ainda que ter em consideração que, em alguns casos, os presidentes deixam de comparecer às sessões sem que seja considerado oficialmente afastado, sendo substituído de acordo com mecanismos definidos por lei³⁹. Um caso paradigmático é o de Alfredo Bandeira, que durante praticamente um ano, a partir de janeiro de 1912, após a precipitada saída de Francisco Guimarães, assegurou a Presidência da Câmara, assinando editais e respondendo a inquéritos em nome da Câmara, sem que houvesse qualquer ato oficial de exoneração do primeiro ou nomeação do segundo, vindo depois a ser eleito presidente pelos seus pares, razão pela qual consideramos esse tempo como parte integrante do seu mandato.

Finalmente, na vigência da Câmara Municipal nos termos da Lei n.º 88, o facto de esta reunir escassas semanas por ano, em sessões quadrimestrais⁴⁰, torna difícil determinar com exatidão a data em que alguns presidentes abandonam em definitivo as suas funções, como acontece com João Pinto de Azevedo em 1922 e Ângelo da Cunha Morais em 1926. Relativamente ao primeiro, ainda conseguimos apurar que a doença o impediu de se manter em funções, mas quer um, quer outro, deixaram o cargo sem que fosse apontada uma razão clara para tal facto, qualquer pedido de demissão, edital de exoneração ou referência nas atas das vereações.

Não obstante as vicissitudes enunciadas, podemos afirmar que, de uma forma geral, os resultados a que chegámos, cruzando os livros de vereações com outras fontes, são rigorosos, podendo a duração do mandato, em casos pontuais, falhar por alguns dias ou escassas semanas.

Os resultados verificados espelham bem a turbulência política que caracterizou a I República. Três presidentes exerceram o cargo durante menos de um mês e seis estiveram em funções entre um mês e um ano. O mandato mais curto pertence a Agostinho de Almeida Rego, em fevereiro de 1919, que apenas permaneceu em funções oito dias, pelas razões já apontadas. Trata-se, de resto, do mandato mais curto da história da Câmara de Vila Nova de Gaia, o que não surpreende, tendo em conta a conjuntura particular em que teve lugar.

Com menos de um mês, registam-se ainda os mandatos de Manuel Ferreira de Castro, o primeiro presidente após a implantação da República, que, treze dias após a tomada de posse, se viu obrigado a abandonar aquelas funções por incompatibilidade com o cargo de administrador do concelho, para o qual também tinha sido nomeado; e António Flório da Cunha Toscano, com um mandato de quinze dias, em fevereiro de 1918, que apresentou a sua demissão «por motivos alheios à sua vontade», que sabemos que se prendiam com incompatibilidades de ordem política.

39 A propósito desta questão, conferir as disposições da Lei n.º 88, artigos 13.º (faltas e impedimentos permanentes e temporários) e 17.º, 18.º e 19.º (substituição no caso da dissolução dos corpos administrativos).

40 Com a Lei n.º 621, de 23.6.1926, as sessões ordinárias passam a duas anuais, «começando a primeira em 1 de abril e a segunda em 1 de novembro, não podendo ser prolongadas além do último dia dos referidos meses». Além disso, podia reunir extraordinariamente sempre que considerasse indispensável (art.º 17.º). Esta alteração legislativa, por motivos óbvios, torna a presença efetiva do presidente da Câmara ainda mais difícil de detetar.

Quadro n.º 6

Duração dos mandatos dos presidentes da Câmara de Vila Nova de Gaia (1910-1926)

Duração dos mandatos	N.º de mandatos
> 1 mês	3
1-6 meses	3
6-12 meses	3
13-18 meses	2
19-24 meses	1
> 24 meses	3
Total	15

Nota: O total apresentado é superior ao número de presidentes, uma vez que Miguel Leal Júnior exerceu mandatos em duas ocasiões não consecutivas (1916-1918 e 1926).

Apenas três personalidades ocuparam a presidência por um período ligeiramente superior a dois anos, António Teixeira Pinto (2.1.1914-3.1.1916), Miguel Leal Júnior (3.1.1916-18.1.1918) e Ângelo Morais (23.5.1923-26.5.1925), todos eles no contexto de Câmaras Municipais eleitas, que trouxeram uma estabilidade que as sucessivas comissões administrativas, apesar de serem da confiança do Governo e de terem um número mais reduzido de membros, nunca conseguiram. De resto, o mandato mais longo da I República, pertencente a Miguel Leal Júnior (1916-1918), ocupa apenas a 30.^a posição no panorama geral dos mandatos dos presidentes da Câmara de Gaia entre 1834 e a atualidade; três dos quatro mandatos com menor duração de sempre se verificaram neste período; e nos 16 anos que decorrem entre o início e o fim da I República, a Câmara de Gaia conheceu 14 presidentes diferentes, quando nos mais de 90 anos seguintes, até ao presente, o número de presidentes se fica pelos 19, ou seja, apenas mais cinco, o que diz muito da instabilidade político-administrativa que então grassou em Portugal, mesmo a nível local⁴¹.

2.7 Percurso político

A carreira política destes homens foi tímida e circunscrita ao plano local. A única exceção foi Flório Toscano, deputado à Assembleia Constituinte de 1911. A nível regional, Alfredo de Seixas Bandeira foi procurador à Junta Geral do Distrito do Porto. Os restantes presidentes apenas exerceram cargos de âmbito municipal, e sempre no território do município. Manuel Ferreira de Castro, Alberto da Conceição Teixeira e Agostinho de Almeida Rego foram administradores do concelho, este último ainda durante a Monarquia. Miguel Leal Júnior, Alberto Júlio Pereira, Alberto da Conceição Teixeira, José Soares de Oliveira e Ângelo Morais foram presidentes da Comissão Executiva Municipal. E João Pinto de Azevedo e José Soares de Oliveira presidiram ao Tribunal de Árbitros Avindores de Vila Nova de Gaia.

41 Dados coligidos por Ricardo Rocha e Diogo Ferreira e Isilda Monteiro, no âmbito da já referida investigação inédita sobre os presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Não se pode assim afirmar que o cargo de presidente da Câmara tenha servido nem como corolário de uma longa carreira política, nem como rampa de lançamento para voos mais altos, mas apenas uma etapa num percurso político de âmbito concelhio. Mesmo Flórido Toscano, único a desempenhar um cargo político com projeção nacional, foi deputado antes de ser presidente. Nos restantes casos, o exercício da presidência ora acontece antes do desempenho de outros cargos, ora depois, não se detetando qualquer padrão quanto a esta matéria. Atente-se, por exemplo, no caso de Inocêncio Gondim, membro da Junta de Freguesia de Avintes em 1918-1919, anos depois de ter sido presidente de Câmara.

O que se percebe é que estes homens se movimentam num círculo restrito e fechado, ocupando os cargos mais importantes de âmbito municipal – na presidência da Câmara e da Comissão Executiva e na Administração do Concelho. Por várias vezes, aliás, como registamos ao longo do nosso estudo, abandonam um cargo para, por vezes no mesmo dia, irem ocupar outro, numa explícita troca de lugares.

Por outro lado, é de relevar que a República não recuperou qualquer nome entre os que haviam desempenhado cargos similares ao tempo da Monarquia. A orientação política sobrepôs-se à experiência prática, tratando-se de uma classe inteiramente renovada, sem que alguma vez tivesse exercido cargos políticos de natureza pública antes do 5 de Outubro de 1910. As únicas exceções terão sido Inocêncio Gondim e Flórido Toscano, vereadores entre 1902 e 1904. Já Agostinho Rego, que tinha já sido presidente da Câmara e administrador concelhio na última fase do regime monárquico, não se pode considerar uma exceção, dado o contexto em que foi chamado à presidência da Câmara, nomeado por uma junta monárquica contrarrevolucionária.

Esta situação não surpreende. Quase todos estes homens eram militantes republicanos, vários deles ainda no tempo da Monarquia, que combateram ativamente, como combateram as iniciativas de derrube da ordem constitucional. Manuel Ferreira de Castro, Flórido Toscano e Inocêncio Gondim integraram o Centro Republicano de Pedroso, um dos principais propugnadores da República no concelho de Gaia. Manuel Ferreira de Castro viria mesmo a chefiar o Partido Unionista em Vila Nova de Gaia e Flórido Toscano, em 1893, representou o Partido Republicano gaiense no funeral de José Falcão e, em 1899, presidiu à sessão inaugural do oitavo Congresso do Partido Republicano Português. José Soares de Oliveira colaborou no jornal *A Luz do Operário*, «órgão socialista» criado em 1893, e mais tarde tornou-se seu editor, fundando, já em 1925, um «quinzenário republicano independente». Alberto da Conceição Teixeira presidiu à comissão municipal do PRP em Vila Nova de Gaia. Com uma abordagem menos 'ortodoxa', Ângelo Morais, em 1918, participou na conspiração para derrubar Sidónio Pais e repor o governo republicano constitucional, e António Teixeira Pinto, em maio de 1915, comandou em Gaia as tropas durante a revolta que afastou Pimenta de Castro e repôs a Constituição de 1911.

2.8 Atividades cívicas

Não foi apenas no palco da política local e na sua atividade profissional que estas personalidades se destacaram. Quase todos apresentam um percurso cívico ativo e relevante ao nível do seu concelho, deixando nele uma forte marca que, em muitos casos, ainda perdura. Vejamos alguns exemplos.

Manuel Ferreira de Castro foi relator da comissão promotora do Grupo dos Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar, 1.º secretário da sua Direção e seu presidente – da Direção deste Grupo fizeram também parte Miguel Leal Júnior, Ângelo Morais e Alberto da Conceição Teixeira – e em 1928, fez parte da comissão promotora para a fundação da Misericórdia de Gaia – cuja ideia partiu de Miguel Leal Júnior –, tal como Alberto da Conceição Teixeira, que depois foi vice-presidente da Assembleia Geral desta instituição.

Ernesto de Castro doou à Câmara de Gaia um edifício escolar em Grijó, devidamente mobilado, e Alberto Júlio Pereira, que fez parte da Comissão de Melhoramentos de Miramar, doou à mesma Câmara vários terrenos que ali possuía.

Inocêncio Gondim fundou o Clube Recreativo Avintense e ali promoveu ações filantrópicas junto dos mais desfavorecidos, enquanto Miguel Leal Júnior esteve ligado a grandes obras de benemerência como as Creches de Santa Marinha e a Comissão Central de Auxílio aos Operários sem Trabalho.

João Pinto de Azevedo distribuiu pelos mais pobres, durante largos anos, os honorários que recebia como gerente da Caixa Económica de Gaia, e chegou a financiar do seu próprio bolso o Montepio Costa Godolfim. José Soares de Oliveira foi um dos fundadores do Colégio Lusitano, em Oliveira do Douro, que durante cerca de três décadas ministrou ensino gratuito aos mais desfavorecidos. E o monárquico Agostinho Rego recebeu do Governo republicano a Medalha de Cobre de Filantropia e Caridade, fruto do seu empenho em diversas iniciativas de beneficência.

Conclusão

Face aos dados apresentados, pode dizer-se que os presidentes da Câmara de Vila Nova de Gaia ao tempo da I República constituem de facto uma elite, entendida nos moldes que apresentamos na introdução a este artigo, detentores de uma efetiva capacidade de influência, ação e poder (social, económico e político), ainda que circunscrita ao âmbito deste município.

Como grupo, partilham entre si diversos elementos que os definem. Homens maduros e com um longo currículo – apenas dois apresentam uma idade inferior a 39 anos à data da tomada de posse – e um conjunto de características socioeconómicas que os distinguem da generalidade da população: um elevado nível de formação académica, o desempenho de profissões que lhes garantiam reconhecimento social (reforçado, em muitos casos, por uma notável ação cívica e benemerente), capacidade económica muito acima da média, mas principalmente, um historial nos meandros da política partidária local pró-republicana que lhes permitiu, com a mudança de regime, alcançar a presidência da Câmara Municipal.

Isto é, o contexto político, combinado com a situação socioeconómica individual, parece ter sido determinante para a sua ascensão política, já que, se a maioria destes homens detinha, previamente ao 5 de Outubro de 1910, uma elevada notoriedade no território do concelho – gaienses por nascimento ou adoção, aí desenvolviam o seu percurso profissional, cívico e político –, reunindo já durante a Monarquia as condições legais necessárias para poderem concorrer e ser eleitos para este e outros cargos, a verdade é que tal não se verificou, salvo raras exceções.

Só com o triunfo da República é que a maioria destas personalidades passa a desempenhar cargos políticos de caráter público, tanto na presidência do Município gaiense, como noutras funções. Em Vila Nova de Gaia, a exemplo do que aconteceu um pouco por todo o País, a República cedo recompensou os seus esforços passados e a sua fidelidade ao aparelho partidário, através da sua nomeação para comissões administrativas. Quando as primeiras eleições no tempo da República se realizaram, em novembro de 1913, já o regime tinha criado as condições para assegurar a eleição dos seus correligionários. E nos períodos de maior instabilidade, como em 1918-1919, a situação resolveu-se, como sempre, através das nomeações diretas pelo governador civil, a mando do Governo de Lisboa.

Por outro lado, embora nunca tenham sido eleitos diretamente pelo povo, o facto de estes homens serem indicados diretamente pelo governador civil ou escolhidos pelos seus pares, fosse por neles reconhecerem as competências necessárias para o bom desempenho da função ou como alguma forma de recompensa por serviços prestados, vem ajudar a corroborar a efetiva relevância destas personalidades no plano local e as suas qualidades, se não pessoais, pelo menos no plano político.

Sobre a real importância do cargo, observam-se duas situações distintas. Enquanto presidentes de comissões administrativas, os seus poderes eram mais amplos, de natureza deliberativa e executiva, decidindo sobre quase tudo o que dizia respeito aos interesses do concelho. Na vigência da Câmara Municipal 'senatorial', as suas competências eram bem mais limitadas, distribuídas por um número muito maior de elementos, e por uma comissão executiva que absorvia boa parte das atribuições camarárias. E, em ambos os casos, não devemos esquecer o papel interventivo na gestão municipal, quer do administrador concelhio⁴², quer do governador civil, magistrados políticos da confiança do Governo, tanto mais quanto o orçamento do Município continuava a depender na sua maior parte das transferências do Orçamento de Estado (SOUSA, 2009, p. 52-60).

Seja como for, o presidente da Câmara de Gaia, durante este período, não deixou de ter uma posição influente, como um dos principais condutores da administração municipal e seu máximo representante institucional, *de jure* e *de facto*. A atenção dada pela imprensa, a deferência com que eram tratados por uns, os ataques e perseguições de que foram objeto por outros, as manifestações populares em seu apoio, as homenagens que vários mereceram, tanto em vida como a título póstumo, incluindo a inscrição dos seus nomes na toponímia local, são reveladoras de que estamos em presença de homens influentes, que – não só como presidentes da Câmara, mas como cidadãos participativos na vida local, com percursos de vida férteis, de que a presidência do Município foi uma das etapas mais importantes –, ainda que circunscritos ao território do concelho de Vila Nova de Gaia, deixaram nele um marca impressiva e perene, que, em muitos casos, ainda hoje se pode observar.

Fontes arquivísticas

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Certidões de idade* (António Flório da Cunha Toscano e Agostinho de Almeida Rego).

Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Governo Civil do Porto*, Livros de Registos de Passaportes; Maços de Processos de Passaportes; Registo de alvarás; *Registos Paroquiais*. Porto. Bonfim. Batismos, lv. 1863, fl. 146; Vitória. Batismos, lv. 1876, fl. 54-54v; Casamentos, lv. 1893, fl. 33; Vila Nova de Gaia. Avintes. Batismos, lv. 1863, fl. 11; Grijó. Batismos, lv. 1870-1875, fl. 162; Oliveira do Douro. Batismos, lv. 1883, fl. 29-29v; Santa Marinha. Batismos, lv. 1887, fl. 91; Casamentos, lv. 1885, fl. 93v-94; Óbitos, lv. 1890, fl. 59v.

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) – *Relação dos eleitores de Vila Nova de Gaia*, 1913 e 1915.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – *Processo individual de António Teixeira Pinto*.

Arquivo Municipal de Estarreja (AME) – *Registo dos Processos de Foros ou Remissão de Foros Existentes em Arquivo*, n.º 113.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner (AMSMB) – *Livros de Atas das Vereações Municipais*, 1910-1926.

42 O Decreto n.º 9356, de 8.1.1924, suprime o cargo de administrador do concelho (art.º 1.º), embora o mesmo só venha a ser definitivamente extinto com o Código Administrativo de 1936, que transfere as suas competências precisamente para os presidentes das câmaras municipais.

Fontes impressas

- Almanaque de Vila Nova de Gaia*. 1912, 1915.
- Anuário da Academia Politécnica do Porto*. 1902.
- Censo da população de Portugal no I de Dezembro de 1911*. 1913.
- Cinco de Outubro*. 1912-1919.
- Comércio do Porto (O)*. 15.4.1936 e 11.3.1939.
- As Constituintes de 1911 e os seus deputados*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1911.
- Luz do Operário (A)*. 6.10.1907.
- Povo de Gaia (O)*. *Órgão do Partido Republicano Nacionalista*. 1925-1926.
- Povo de Gaia (O)*. *Órgão da União Republicana*. 1914-1915.
- Serrano (O)*. 15.5.1926.
- Voz da Justiça (A)*. 1926-1926.
- Voz do Operário (A)*. 8.11.1914.

Legislação

- Lei n.º 3, de 3.7.1913 (*Diário do Governo*, n.º 153, 3.7.1913).
- Lei n.º 88, de 7.8.1913 (*Diário do Governo*, n.º 183, 7.8.1913).
- Lei n.º 621, de 23.6.1916 (*Diário do Governo*, n.º 126, I série, 23.6.1916).
- Decreto n.º 3738, de 10.1.1918 (*Diário do Governo*, n.º 8, I s., 10.1.1918).
- Decreto n.º 9356, de 8.1.1924 (*Diário do Governo*, n.º 5, I s., 8.1.1924).

Bibliografia

- BAPTISTA, Maria Manuel, 2008 – Crença e Acção Política na I República Portuguesa – o caso de Ângelo de Morais, in Vítor Oliveira Jorge; José Costa Macedo (Orgs.) – *Crenças, Religiões e Poderes: dos Indivíduos às Sociabilidades*. Porto: Edições Afrontamento.
- BUSINO, Giovanni, 1992 – *Elite(s) et élitisme*. Paris: PUF.
- CASTELO-BRANCO, Ângela Camila, s.d. – *Os Cunha Moraes de fio a pavio*. Disponível em: <<http://grandmonde.blogspot.pt>> (Consult. 13 de fev. 2018).
- CASTRO, Rui, 1980 – Miramar – Praia das Rosas. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. 9. out., p. 15-18.
- CHAGAS, João, COELHO, ex-tenente, 1901 – *História da revolta do Porto: de 31 de janeiro de 1891: depoimento de dois cúmplices*. Lisboa: Empresa Democrática de Portugal.
- CONDE, António, 2010 – *A precocidade das ideias educativas republicanas de Osório Gondim*. Disponível em: <https://www.academia.edu/6324496/A_precocidade_das_ideias_educativas_republicanas_de_Os%C3%B3rio_Gondim> (Consult. 13 de fev. 2018).

- DALOZ, Jean-Pascal, 2010 – *The sociology of elite distinction. From theoretical to comparative perspectives*. London: Palgrave Macmillan.
- DINIS, José, 1968 – O notário Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior. *O Tripeiro*. VI série, ano VIII, n.º 6, p.187.
- FERRAZ, José Manuel, 1975 – O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26). *Análise Social*. XI (42-43), p. 454-471.
- GOMES, Joaquim Costa, 2005 – Dr. Inocêncio Osório Lopes Gondim: médico, historiador e desenhador. Personalidades de Avintes. *Caminho Novo*. N.º 6, p. 41-46.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, 2010 – *Republicanos, monárquicos e outros. As vereações gaienses durante a 1.ª República (1910-1926)*. Vila Nova de Gaia: Amigos do Solar Condes de Resende/Confraria Queirosiana.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; TEIXEIRA, Maria de Fátima, 2010 – O Centro Republicano de Pedroso e o associativismo político em Vila Nova de Gaia. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. XI (71), p. 20-28.
- LIMA, Fernando de Araújo, 1981 – Um avintense ilustre. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. II (11), p. 11-15.
- NADEL, Siegfried Frederick, 1990 – The concept of social elites, in John Scott (Ed.) – *The Sociology of Elites*, vol. 1. Aldershot: Edward Elgar Publishing.
- PARETO, Vilfredo, 1968 [1917] – Traité de sociologie générale, vol. 12, in *Œuvres complètes*. Genève: Librairie Droz.
- ROCHER, Guy, 1968 – Multiplication des élites et changement social au Canada français. *Revue de l'Institut de Sociologie*. 1, p. 79-94.
- SCOTT, John, 2008 – Modes of power and the re-conceptualization of elites, in Mike Savage; Karel Williams (Eds.) – *Remembering elites. The Sociological Review Monograph Series*. 56, issue supplement 1, p. 25-43.
- SILVA, Francisco, 1999 – *A Misericórdia de Vila Nova de Gaia. 1929-1999*. Vila Nova de Gaia: Santa Casa da Misericórdia.
- SOUSA, Fernando de (Coord.), 2009 – *Os Presidentes da Camara Municipal do Porto (1822-2009)*. Porto: CEPSE.
- SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição Meireles (Coords.), 2012 – *Os Presidentes do Parlamento Português – I República (1910-1926)*, vol. 2. Lisboa: Assembleia da República.
- VALE, Carlos, 1986 – Álbum de Grandes Figuras: Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior. *Boletim do Rotary Club de Vila Nova de Gaia*. IV (45), p. 11.